



MENTIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE  
27, 02, 07

Exm.º Senhor

Presidente da Assembleia da República

**REQUERIMENTO Nº 858/X (2a) – AC**

**(09.02.2007)**

**Assunto: Isenções Fiscais à Produção de Combustíveis Alternativos/Notícia do  
Jornal “O Mirante”**

Apresentado pelo Deputado: João Carlos Vieira Gaspar do círculo eleitoral de Lisboa

Considerando a crescente importância que vem a ser dada à utilização de combustíveis alternativos aos de origem petrolífera, importância tanto mais premente quanto maior é a dependência destes combustíveis tradicionais importados, como é o caso do nosso País, surpreende-nos o noticiado no Jornal “O Mirante” de 24/01/07 com o Título “Empresa Pioneira na Produção de Biodiesel Obrigada a Reduzir a Produção”.

Com efeito sendo a capacidade de produção presentemente instalada em Portugal inferior a 200.000 t/ano, por conseguinte abaixo dos desejados 5% de incorporação até aqui previstos, e naturalmente muito aquém da meta dos 10% anunciados pelo Sr. Primeiro Ministro a 24/01/2007, na Assembleia da República, não parece razoável o conteúdo da notícia em causa.

A fazer fé na mesma fonte de informação, a produção de biodiesel não é rentável, em termos concorrenciais, sem a isenção do ISP, o que obrigará a empresa IBEROL a

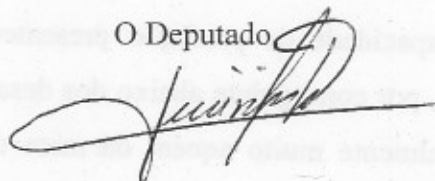
Preparar o expediente  
27-2-07  
O Chefe de Divisão

reduzir a sua produção ao limite das 100.000 t/ano, máximo com essa isenção, previsto na portaria regulamentadora.

Face a esta notícia, aparentemente contraditória com o interesse colectivo no respeitante à necessidade de incentivar o consumo de combustíveis mais amigos do ambiente, e por não acreditar que o Governo possa ser sensível a "lobbies" que contrariem tal desígnio, ao abrigo das normas regimentais e constitucionais aplicáveis, requeiro a V. Exa. através do Ministério da Economia os seguintes esclarecimentos, que antecipadamente agradeço:


1. Corresponde, ou não, à verdade que a capacidade de produção de Biodisel instalada no nosso País está aquém do que seria desejável e, concretamente, não chega para atingir os 5% de incorporação nos combustíveis, como até há pouco tempo estava previsto, e muito menos os 10% anunciados recentemente pelo Sr. Primeiro Ministro.
2. A ser verdade que o Biodisel não seja concorrencial com o gasóleo, por força dos seus custos de produção, vai o Governo incentivar a capacidade produtiva a partir do aumento das cotas, a isentar de impostos, às empresas produtoras já existentes (IBEROL e TORREJANA), até que outras soluções, porventura mais económicas, sejam criadas?
3. No contexto actual será compreensível a atribuição de cotas de fabrico de Biodisel, isentas de ISP, a empresas que ainda não dispõem de unidades industriais para a sua produção, como pode ler-se no Jornal de Negócios de 09.02.2007, em detrimento das empresas já produtoras, a IBEROL e a TORREJANA?

O Deputado



**Anexos:** 3 artigos do Jornal O Mirante

1 artigo do Jornal de Negócios


  
**Pneus**
  
**Pague 3 Leve 4**
  
**Equilibragem e M.O. Grátis**
  
Ruaques Vale do Tejo SA - Distribuidor Renault  
 Av. do Brasil nº 85 - 2205-188 Santarém - Tel / Fax 243333248

# O MIRANTE

SEMANÁRIO REGIONAL

Semanário - Ano XX - N.º 755 - Preço: 0,60 € - Director: Alberto Bastos -

- 24 Jan 2007

Rua 31 de Janeiro, n.º 22 2005-188 Santarém ☎ 243 305 080 R. Câmara Pestana, n.º 44 2140-086 Chamusca ☎ 249 789 160 e-mail: omirante@omirante.pt

**Antigos jogadores do Futebol Clube de Alverca estão de regresso para ajudar equipa a reconquistar prestígio 38**

**Idoso não aceita a retirada dos animais e ameaça fazer explodir a casa Vive há vinte anos entre cães e lixo 3**

**Moradores da Quinta da Vala em Alverca recebem inundações por causa de aterros 15**

## Deficientes passam seis horas em viagem num autocarro para poderem frequentar centro de recuperação

Morosidade da deslocação impede melhor acompanhamento por parte dos técnicos 7

**Empresa pioneira na produção de bio-diesel obrigada a reduzir produção**

Administração da Iberol, em Alhandra, acusa Governo de penalizar quem investe em energia alternativa III

**Marcas de uma antiga passadeira confundem peões e provocam acidentes**

Já existe uma passagem superior mas ainda há quem arrisque atravessar numa zona movimentada próxima da saída da A1 4

**Cantor FF dos Morangos com Açúcar é atracção no Carnaval de Samora Correia**

Maria Albertina e António Marcelino são os reis de 18 a 21 de Fevereiro 20



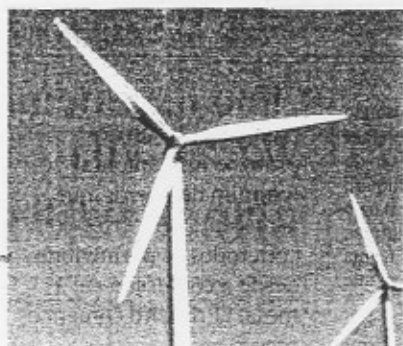
**Estação de Tratamento de Esgotos construída há onze anos nunca funcionou**

Águas do Oeste estudam alternativa para Vila Nova de São Pedro 9

**“Amar a Igreja nem sempre é fácil quando ela tem os defeitos que tem”**

José Luís Borga garante que nasceu para ser padre e que não consegue imaginar nada melhor 28





## Câmara de Alcanena dá luz verde para a implantação de parque eólico em Minde **xv**

A construção do "Parque Eólico Chão Falcão 3" pode avançar em breve no lugar de Vale Alto, em Minde. A Câmara de Alcanena aprovou por unanimidade na reunião do executivo de segunda-feira a viabilidade da construção de 12 torres,

uma vez que o projecto prevê a sua instalação fora do Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiro. Entretanto, a autarquia anunciou que a CCDRLVT já está elaborando o estudo de impacto ambiental para o parque eólico de Minde.

SAP Business One  
A SOLUÇÃO INFORMÁTICA PARA P.M.E.S.



Soluções a partir de 5.000€  
www.risa.pt | tel. 249 889 120

# ECONOMIA

O MIRANTE

24 de Janeiro de 2007

## Nersant está a receber últimas inscrições para o Inov Jovem

Projecto destinado à inserção de jovens quadros nas pequenas e médias empresas **xv**



Cozinheiro valoriza a apresentação porque "os olhos são os primeiros a comer"

Joaquim de Barros levanta-se às cinco da manhã para confeccionar com almoços **xv**

## Empresa de bio-diesel sente-se prejudicada pelo Governo

Iberol só pode produzir 100 mil toneladas com isenção fiscal sobre produtos petrolíferos **xv**

# Empresa de bio-diesel sente-se prejudicada pelo Governo

## Iberol só pode produzir 100 mil toneladas com isenção fiscal sobre produtos petrolíferos

Limitação do governo obriga a paragem de uma das unidades montadas e de cinco novos postos de trabalho. O Administrador da Iberol sente-se traído pela "máquina retrógrada" do Estado.

O presidente do conselho e administração da Iberol (Sociedade Ibérica de Biocombustíveis e Oleaginosas SA), em Alhandra, a empresa pioneira na produção de biodiesel em Portugal, poderá ter que ser obrigado a reduzir a produção em virtude da nova lei. A empresa de oleaginosas, que produz o combustível a partir da matéria-prima gerada em instalações da fábrica, tem capacidade para produzir anualmente 150 mil toneladas de combustível, quantidade que terá que reduzir para 100 mil, de acordo com a nova portaria regulamentadora que prevê esta quantidade máxima para que cada operador tenha direito à isenção sobre produtos petrolíferos (ISP). O benefício fiscal, concedido pelo Governo, permite que o preço final para o consumidor não sofra qualquer alteração, apesar de os custos de produção do biodiesel serem mais elevados.

"O Estado tem que premiar quem anda aqui há anos, quem arriscou, quem esteve atento às necessidades do país e não ceder aos 'lobbies' dos que só vieram tranquilamente para o mercado já com a lei do biodiesel aprovada, diz João Rodrigues, que não percebe porque razão em Portugal foi estabelecido um limite, ao contrário de outros países europeus onde se incentivam os combustíveis amigos do ambiente. "A actividade industrial no espaço europeu é livre ou voltámos ao tempo do condicionamento industrial do Salazar?", interroga.

A fábrica da Iberol, projectada a partir do ano 2000, começou a produzir em Abril de 2006 ao abrigo do benefício fiscal concedido para instalação piloto de projecto de desenvolvimento. A lei que regula o biodiesel é de Março de 2006, mas só em 15 de Dezembro foram publicadas as portarias regulamentadoras, o que está a criar enormes dificuldades aos operadores. Com as novas regras a empresa terá que orientar a produção para outros mercados. "Para o mercado português vamos produzir menos 50 mil toneladas do que a nossa capacidade instalada, enquanto os custos fixos serão os mesmos. Temos uma instalação que vai ficar parada e em consequência vamos deixar de contratar cinco trabalhadores", lamenta João Rodrigues. A instalação que vai ficar parada, foi especialmente desenvolvida para a utilização



LOBBIES. João Rodrigues afirma que o Estado devia premiar as empresas que arriscaram no bio-diesel

O MIRANTE

de óleos de cozinha usados na produção de biodiesel. O industrial garante ainda que, segundo os estudos realizados pela empresa – que possuiu um dos melhores laboratórios europeus da indústria – não é possível produzir biodiesel, de acordo com as normas, apenas com óleos usados. João Rodrigues, que pretendia receber e tratar os óleos usados provenientes de estabelecimentos comerciais e de ensino, terá que reequacionar o projecto. Actualmente a empresa produz o combustível alternativo a partir do óleo produzido na empresa. A matéria-prima (soja e ou colza), para produção desta energia renovável, é importada. O empresário tem esperança de que uma nova política agrícola comum, venha estimular a produção de oleaginosas em Portugal.

João Rodrigues adquiriu em 1998 a empresa Iberol com perspectivas de se lançar no negócio da produção de biodiesel. Em 2003 o projecto, apresentado ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, foi considerado de interesse

nacional. O industrial ultrapassou o problema da falta de matéria-prima e do empreendedorismo, mas agora não percebe porque o projecto está a ser penalizado. Nos últimos sete anos investiu 50 milhões de euros, em formação, equipamentos laboratoriais e na construção de duas instalações com capacidade para produzir 150.000 toneladas de biodiesel e 15.000 toneladas de glicerina por ano. "A máquina estatal portuguesa é retrógrada e burocrática e, independentemente da simpatia individual das pessoas que a servem, excessivamente permeável a 'lobbies', distorcendo a vontade política dos Governos".

Além da Iberol, a Torrejana está a operar no mercado e no concelho de Vila Franca de Xira irá surgir uma outra empresa de produção de biodiesel. O MIRANTE contactou a Secretaria de Estado da Indústria sobre as razões que levam à imposição de um limite de produção com isenção de ISP, mas até à hora do fecho desta edição não foi possível obter qualquer resposta.

## Segurança Social directa já foi usada por mais de um milhão

Mais de um milhão de cidadãos e empresas acederam à Segurança Social Directa desde Novembro de 2005 até ao início deste mês, indicam dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a que a Lusa teve acesso. A Segurança Social Directa já foi usada por 425.931 empresas e 586.470 pessoas desde o dia em que o site foi lançado (28 de Novembro de 2005) e o dia 4 de Janeiro deste ano. Os dados do Ministério tutelado por José Vieira da Silva revelam que o número de acessos de pessoas colectivas e singulares tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos meses.

A 18 de Janeiro de 2006 estavam registados 22.741 acessos de pessoas colectivas e 42.177 de singulares, mas cerca de um ano depois (4 de Janeiro de 2007) o número de acessos passa para os 425.931 e 586.470, respectivamente. Os dados de 4 de Janeiro mostram que foram efectuados 147.421 vínculos à segurança social por este novo meio de comunicação, ao mesmo tempo que foram efectuadas 96.667 cessações. Os pedidos de esclarecimento foram 33.661, de declarações foram 25.448 e os de alteração de morada 19.661. A Segurança Social Directa apenas foi usada para apresentação de 108 pedidos de pensão, 119 de desemprego e 439 envios de documentos.

Desde o lançamento da Segurança Social Directa, 127.989 beneficiários utilizaram pelo menos uma vez o serviço on-line, assim como 92.126 empresas. O objectivo da Segurança Social Directa é aproximar a segurança social dos cidadãos e das empresas, diversificar os canais de acesso à segurança social, reduzir o atendimento presencial e tornar o acesso à informação mais rápido e simples.

Para as empresas, a Segurança Social Directa disponibiliza a consulta de dados, de declarações de remunerações e a possibilidade de vincular e desvincular os trabalhadores ao sistema de segurança social. Os cidadãos têm ao seu dispor, por esta via, a consulta de dados e da sua carreira contributiva e ver o estado das prestações (maternidade/paternidade, doença e desemprego).

## Parque eólico pode avançar em Minde

A construção do "Parque Eólico Chão Falcão 3" pode avançar em breve no lugar de Vale Alto, em Minde. A Câmara de Alcanena aprovou por unanimidade na reunião do executivo de segunda-feira a viabilidade da construção de 12 torres, uma vez que o projecto prevê a sua instalação fora do Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiro. Entretanto, a autarquia anunciou que a CCDRLVT já está a elaborar o estudo de impacte ambiental para o parque eólico de Minde.

# JORNAL DE negócios

SEXTA  
09

Sexta-feira 9 de Fevereiro de 2007 • Ano VII • Nº 939 1,40 €  
Director: Pedro S. Guerreiro

www.negocios.pt



Domínios Alojamento Servidores Dedicados

**DÉFICE**  
Bruxelas renova confiança na  
estratégia do Governo Pág. 15

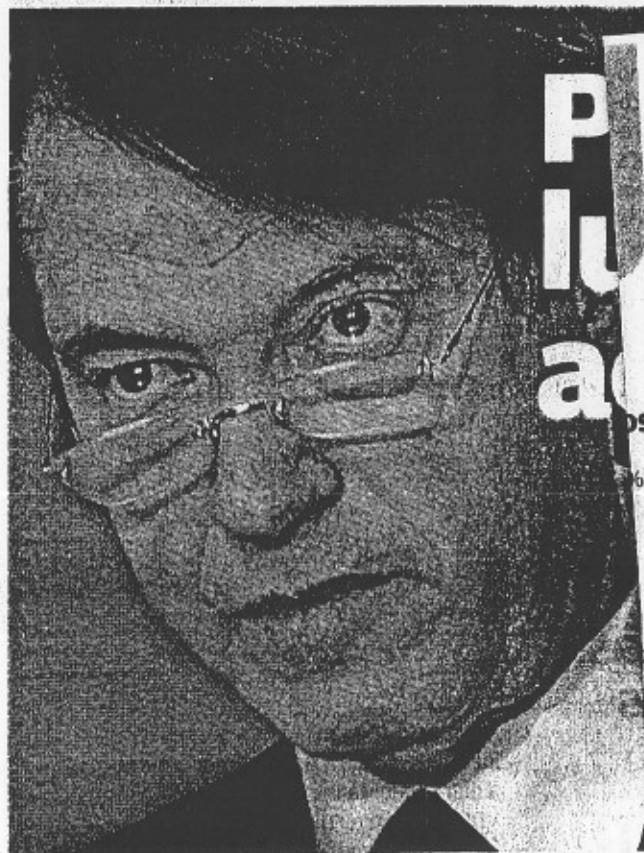


Ilustração da HPP, Nuno Ca-

Saúde e pela HPP. O investimen-

tuês de Saúde.

## Iberol com maior isenção de biocombustíveis

A Iberol recebeu a maior isenção de impostos na produção de biocombustíveis, no âmbito das seis empresas beneficiadas em 2007. No total das 205 mil toneladas isentas de ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos, a Iberol tem direito a 72.870 toneladas, segundo comunicado ontem enviado pelo Ministério da Economia e Inovação (MEI). Das 205.000 toneladas atribuídas este ano, 4.973 toneladas têm origem em produção agrícola nacional e as restantes em unidades fabris nacionais de extracção e esterificação. As 4.973 toneladas de isenção com

### Lista de isenções de ISP

Empresa	Quantidade/ton
Biomart	42.078
Torrejana	43.722
Tagol	17.547
Biovegetal	25.504
Iberol	72.870
SBN	3.279

Fonte: DGGE

origem em produção agrícola nacional respeitam às candidaturas apresentadas pelos operadores Biomart (2.000 toneladas) e Tagol (2.973 toneladas).

Os operadores, que foram agora notificados pela DGGE - Direcção Geral de Geologia e Energia das quantidades de isenção atribuídas a título provisório, têm agora até 15 dias para apresentar as respectivas garantias no valor de 10% do total de isenção atribuída, de modo a que a Direcção Geral de Alfandegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) possa reconhecer essas isenções.

A isenção concedida pelo Governo equivale a cerca de 7% do gasóleo rodoviário consumido em Portugal. **TF**

los  
'ia'  
que  
são  
bra

te  
dos

ág. 5